

REALIDADE DESMENTE OTIMISMO DO GOVERNO NA CONTENÇÃO DA EPIDEMIA



A propósito da prevenção e contenção da epidemia Covid-19, Rui Rio considera que a realidade dos factos “não coincide” com o cenário “otimista” do Primeiro-Ministro. No debate quinzenal, o Presidente do PSD exemplificou com “a falta de material nos hospitais, como máscaras, a informação mal direcionada, a descoordenação na Linha Saúde 24”, assim como a situação negligente nos aeroportos



pág. 5

PARLAMENTO

PARLAMENTO CHUMBA DECRETO-LEI “OPACO” DO GOVERNO SOBRE AS PPP

O Parlamento, através de um projeto de resolução do PSD, aprovou um pedido de cessação de vigência do diploma em vigor



pág. 7

LOCAIS

PSD CRITICA ATRASO NA MODERNIZAÇÃO DA LINHA DO OESTE

Os deputados do PSD eleitos por Leiria questionaram o Governo sobre o atraso nas obras de modernização da Linha do Oeste, cujos prazos foram sucessivamente adiados desde 2017



pág. 9

REGIONAIS

PSD PEDE “SOLUÇÃO RACIONAL” URGENTE PARA NOVA ESCOLA NA POVOAÇÃO

José Manuel Bolieiro defende que seja encontrada com urgência uma “solução racional” para a construção de uma nova Escola Básica e Secundária da Povoação



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

UM OPORTUNISTA EM S. BENTO

Em entrevista, no domingo passado, o Primeiro-Ministro afirmou: "o que se passa com o PSD é que resolveu adotar a estratégia da guerrilha. Rui Rio não tem pensamento nenhum... sobre qualquer matéria de fundo".

O dislate de António Costa começa por errar no destinatário. Certamente é o secretário-geral do PS a ver-se ao espelho. Analisemos historicamente os factos. Em 4 de outubro de 2015, não obstante haja sofrido uma derrota eleitoral, o PS assumiu a governação do País. Agarrando-se, como um náufrago, a uma solução contranatura, António Costa, celebrou um acordo inédito com toda os partidos da extrema esquerda. Antes, tinha acusado o seu adversário interno no PS de não obter resultados eleitorais satisfatórios – ficou célebre a expressão "ganhar por pouquinho" – e havia levado a cabo um autêntico golpe de Estado eleitoral para afastar António José Seguro. Assim nasceu a geringonça, como a única tábua de salvação que fez de António Costa Primeiro-Ministro e permitiu que este continuasse a *existir* politicamente.

Mérito seu, o secretário-geral do PS, conseguiu assegurar a estabilidade governativa, cumprindo um mandato de quatro anos. Só que esta estabilidade ficou amarrada às causas e aos desvarios da esquerda. A mesma esquerda que, depois de aprovar quatro Orçamentos do Estado, não se pode queixar, agora, do estado calamitoso do SNS ou da degradação dos serviços públicos.

No seu percurso político, o único pensamento que se conheceu de António Costa foi a manha para conquistar o poder ou tacticismo de se manter no poder. Como Primeiro-Ministro, limitou-se a navegar à vista. Soluções e reformas estruturais, zero. O único objetivo que tinha, como agora, era perpetuar-se no poder a todo o custo, mesmo que isso significasse, trocar de convicções ou aderir a conceções ideológicas e propostas avulsas, que só atrasaram o desenvolvimento do País e adiaram as reformas de que este precisa, para as quais alguns partidos continuam em estado de negação.

Após as últimas eleições legislativas, António Costa optou por uma solução de governo minoritária, abdicando de qualquer compromisso formal. Mas quatro meses de mandato depois o Governo está tão esgotado de protagonistas e de soluções que mais parece que estamos no final da legislatura. O Presidente da República, na intervenção que fez, a semana passada, no 30.º aniversário do jornal "Público", deu um claro sinal nesse sentido, falando inclusivamente numa imagem de fim de ciclo.

António Costa, o mesmo que enviava SMS a ameaçar diretores-adjuntos – recordemos o episódio com João Vieira Pereira do "Expresso" – veio dizer, também, na conferência do "Público", que "Os cidadãos precisam cada vez mais de bom jornalismo". A afirmação é o cúmulo da desfaçatez, vindo de alguém que nunca se habituou à crítica.

Na questão do IVA da eletricidade, no impasse do aeroporto do Montijo, no abandono do projeto do Terminal de Contentores do Barreiro ou no chumbo da lei das PPP, Costa revela-se um Primeiro-Ministro agastado, que convive mal com o Parlamento. As críticas de altos responsáveis do PS, como do ex-ministro Vieira da Silva ou do presidente da Câmara de Lisboa ao Tribunal de Contas mostram um PS que já não tolera a ação e o escrutínio dos próprios órgãos de soberania.

O líder do PSD optou, e bem, por não responder à letra e não embarcar numa "escalada gratuita de violência verbal", ainda mais quando todos sabem que o País está numa trajetória preocupante. Aquele que acusa o Presidente do PSD de usar "uma estratégia de guerrilha" para enfraquecer o Governo é o mesmo que, durante anos, recorreu a uma crítica semanal na televisão para ascender à liderança do PS. Sempre a fazer o estágio para o enorme sarilho em que vai deixar o País.

O secretário-geral do PS ainda não percebeu que há mais País para lá do PS. Para o PS, todas as instituições são boas, desde que não coloquem em causa os interesses do PS. Com o chão a fugir-lhe dos pés, é lamentável que o Primeiro-Ministro não saiba comportar-se à altura da dignidade que merecem as instituições e do respeito que é devido ao principal partido da oposição.

O secretário-geral do PS demonstra, afinal, que está nervoso. O socialismo, "a ideia mais jovem do mundo" – frase que António Costa atribui a Mitterrand, no final da entrevista – acaba sempre da mesma forma em Portugal. No pântano. Afinal, "o socialismo dura até acabar o dinheiro dos outros", como vaticinou Margaret Thatcher.

Para quem anda, desde sempre, a fazer que faz, o melhor mesmo é fazer como Rui Rio, e deixar António Costa a falar sozinho.

DEBATE QUINZENAL

"ONDE ESTÃO CAMAS?", 1

Rui Rio considera que a realidade dos factos "não coincide" com o cenário "otimista" que o Primeiro-Ministro levou ao debate quinzenal, no Parlamento, esta quarta-feira, a propósito da "prevenção e contenção da epidemia Covid-19". "Temos ouvido que faltam materiais nos hospitais. (...) Há realmente um plano de contingência?", interrogou o Presidente do PSD, alertando que Portugal pode deparar-se com um "crescimento exponencial" do surto do novo coronavírus.

Rui Rio exemplifica com "a falta de material nos hospitais, como máscaras, a informação mal direcionada, a descoordenação na Linha Saúde 24", assim como a situação negligente nos aeroportos, que unicamente estão a fazer o controlo de chegadas de passageiros oriundos da China, mas não nos restantes voos. "Como vão funcionar os hospitais de retaguarda? Onde estão as duas mil camas?", questionou, perguntando também pela "articulação com as Forças Armadas para transportar doentes de forma isolada".

Rui Rio assegura "o PSD está disponível para, se puder, ajudar nalguma coisa e não colaborará com o alarme público".

NOVOS CRITÉRIOS PARA AS PPP TRAZEM "MAIS OPACIDADE"

No debate quinzenal com o Primeiro-Ministro, o Presidente do PSD abordou a alteração da lei das parcerias público-privadas, criticando as novas regras que trazem "mais opacidade e mais discricionariedade", porque os critérios para a criação de novas parcerias público-privadas "passam a ser caso a caso e são exigidos muitos menos elementos para instruir o processo".

Rui Rio pretende saber se há "vantagem de tirar ao ministro das Finanças o controlo das PPP". "Qual a vantagem de uma maior opacidade e, em concreto, porque é que o setor da habitação tem de ficar fora da lei?", questionou.

O PSD, referiu Rui Rio, já solicitou que o ministro das Finanças possa explicar a situação, acusando a bancada do PS de impedir a ida de Mário Centeno ao Parlamento.

O Presidente fez ainda um diagnóstico financeiro sobre a fatura das PPP: "Todos sabemos a desgraça que algumas PPP representaram para o País. Este ano vai pagar 1500 milhões de euros de impostos para pagar as PPP. Já chegaram a ser 2000 milhões e no conjunto dos seus orçamentos já vai nos 8000 milhões de euros".

RTP: "MANIFESTA INCOMPATIBILIDADE" DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO CINEMA

Na polémica que envolve o secretário Estado do Cinema, Audiovisual e Média, que "vendeu a sua participação nas Produções Fictícias" a um familiar, Rui Rio censurou a "manifesta incompatibilidade" do governante. Rui Rio lamenta que "o lucro da empresa" produtora de conteúdos audiovisuais esteja "indexado aos negócios com a RTP, que o mesmo secretário de Estado tutela".

O Presidente do PSD citou ainda o episódio da venda de um terreno da RTP, no Porto, por 621 mil euros, "à data em que o secretário de Estado era administrador" da estação pública, e que agora está a ser comercializado por 12,5 milhões de euros, "vinte vezes mais do que valeu em 2016". "O senhor Primeiro-Ministro está capaz de elucidar a Assembleia da República e os portugueses? São dois dossiers que cruzam com um secretário de Estado do seu Governo e isso não se compreende linearmente à primeira", disse.

ÇÃO AS DUAS MIL PERGUNTA RUI RIO





808
24 24 24

808
24 24 24

COVID-19



PSD REITERA DISPONIBILIDADE PARA AJUDAR AUTORIDADES A TRAVAR

Ricardo Baptista Leite, deputado do PSD, garantiu, na terça-feira, no Parlamento, que o grupo parlamentar está genuinamente empenhado em ajudar as autoridades de saúde públicas, para garantir uma resposta mais eficaz no combate ao surto do novo coronavírus em Portugal. “Que apoio precisa do Parlamento para que possamos garantir que tem os meios de resposta para este desafio crítico? O que falta”, interrogou o deputado, dirigindo-se à diretora geral de Saúde.

O deputado do PSD considera que o mais importante é assegurar que “o número de novos casos esteja abaixo da capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde”, para assim evitar problemas maiores, como acontece em Itália.

Ricardo Baptista Leite diz que o “acesso a camas e equipamentos é crítico”. Em causa está ainda o acesso a meios de ventilação, medicamentos e material de proteção individual (máscaras e luvas). “Portugal tem 8 a 9 camas por cada 100 mil (habitantes), Itália tem 12 por cada 100 mil (habitantes)”, comparou.

O deputado do PSD insiste que subsistem problemas no atendimento da linha SNS24 e pede ação enérgica das autoridades para que “Portugal possa estar à frente do coronavírus”, resolvendo os problemas desta linha, quando na segunda-feira “mais de 15 mil” chamadas ficaram por atender.

A audição à diretora geral de Saúde foi solicitada por requerimento do PSD, “para obter esclarecimentos sobre as medidas que estão a ser tomadas com vista a defender a saúde pública e a proteger a saúde dos cidadãos e da co-

munidade, em face da possibilidade de propagação do novo coronavírus”. Portugal regista 41 casos confirmados de infeção de Covid-19.

EX-RESPONSÁVEL DA LINHA DE SAÚDE 24 ACUSA O GOVERNO DE O AFASTAR POR “AVISOS INCÓMODOS”

Em entrevista à Rádio Observador, dia 6, o ex-presidente dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) acusa o Governo o afastar depois de ter feito vários reparos ao Governo e de ter alertado para as consequências que teriam para o funcionamento dos serviços os cortes orçamentais. Em concreto, Henrique Martins admite que não foi reconduzido como responsável pela Linha SNS24 dois dias depois de ter avisado o ministério da Saúde que o serviço podia colapsar com o aumento da procura motivado pela epidemia de COVID-19.

O ex-presidente da estrutura explicou que, na segunda-feira à tarde, quando o SNS24 registou um número de chamadas superior ao normal, reportou a situação à ministra da Saúde, avisando que era necessária “uma ação urgente de mais equipas de enfermagem na manhã seguinte”. A ministra terá respondido que a situação devia ser tratada com a secretária de Estado — um contacto que a equipa de Henrique Martins terá efetuado na madrugada de segunda para terça-feira.

Henrique Martins sublinha que a raiz do problema está nos cortes orçamentais do Governo iniciados em 2018. Nesse ano, o Orçamento do Estado previu uma redução orça-

mental de 14 milhões de euros. E no ano seguinte, nas contas para 2020, também houve um corte de nove milhões de euros. Este ano, refere o Observador, o valor atribuído a esta entidade é de pouco mais de 76,3 milhões de euros — no ano passado foi de cerca de 85,2 milhões e em 2018 era de 90,4 milhões de euros.

Segundo Henrique Martins, estes valores são tão baixos que o SNS24 não conseguiria operar com normalidade até ao final do ano mesmo se não houvesse a atual crise de coronavírus. “A dotação orçamental neste momento não chega sequer para o funcionamento normal do SNS24. Para o final do ano, não teríamos capacidade de pagar o serviço, teríamos de desligá-lo”, concretizou.

Comentando as notícias de que o SNS24 não tinha atendido 25% das chamadas na segunda-feira, Henrique Martins salienta que “o operador cumpriu o contrato”, que prevê o atendimento de 10 mil chamadas por dia. As dificuldades de atendimento resultam da falta de enfermeiros no outro lado da linha — e foi nesse sentido que o então responsável pelo SPMS terá contactado o Ministério para pedir um reforço nas equipas de apoio e atendimento.

Henrique Martins conclui que o seu afastamento do SPMS “só pode ter sido [fruto do] incómodo” pelos avisos que enviou ao Ministério de Saúde sobre as consequências que a redução de orçamento prevista para este ano teria na Linha de Saúde 24. E dá como exemplo “perto de uma dezena de ofícios formais, para além dos e-mails e das reiteradas discussões em reuniões, em que o SPMS explicou ao Governo as consequências destes cortes orçamentais”.



PARLAMENTO CHUMBA DECRETO-LEI “OPACO” DO GOVERNO SOBRE AS PPP

Depois de o Presidente do PSD ter afirmado no debate quinzenal, dia 4 de março, que a lei das parcerias público-privadas (PPP) introduz “mais opacidade e mais discricionariedade”, o Parlamento, através de um projeto de resolução do PSD, acaba de aprovar um pedido de cessação de vigência do diploma em vigor.

A maioria dos deputados, durante a apreciação parlamentar do decreto-lei, esta sexta-feira, deu razão ao líder do PSD. O decreto-lei, que entrou em vigor em dezembro do ano passado, determinava, entre outras alterações, que a decisão de contratar PPP passava a ser tomada por resolução do Conselho de Ministros, em vez de pelos ministros das Finanças e da tutela respetiva a que se referia anteriormente, como acontecia antes.

Outra questão sensível era a exclusão das autarquias e das políticas de habitação nesse regime das PPP, passando a responsabilizar o Conselho de Ministros pela fixação dos critérios para o lançamento de novas parcerias. Uma situação que motivou Rui Rio a pedir explicações ao Primeiro-Ministro no debate quinzenal.

Com esta rejeição dos parlamentares, o decreto-lei do Governo deixará de vigorar no dia da publicação da resolução de cessação de vigência no “Diário da República”, não podendo voltar a ser publicado no decurso da mesma sessão legislativa.

DEPUTADOS DO PSD ENTREGAM INICIATIVAS PARA ESTANCAR “SUBFINANCIAMENTO CRÓNICO” E CUMPRIR LEI DE BASES DA ECONOMIA SOCIAL

Atento à importância do Terceiro Setor, os deputados do PSD entregaram três iniciativas legislativas, no Parlamento, para garantir um apoio mais próximo, efetivo e eficaz das instituições que atuam na Economia Social.

Na primeira iniciativa, um projeto de resolução, o PSD recomenda ao Governo que cumpra a Lei de Bases da Economia Social. “Num país onde a resposta pública aos mais desfavorecidos é persistentemente esquecida e assegurada pelas Entidades do Setor Social, não nos podemos conformar com a circunstância de o Governo continuar ao fim de quase sete anos sem desenvolver a Lei de Bases da Economia Social”, consideram os deputados.

Numa segunda iniciativa que deu entrada no Parlamento, o PSD, para compensar os custos das instituições, defende que o Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, que contratualiza as verbas do Estado a entregar às Instituições Particulares de Solidariedade Social pelos serviços prestados “seja atualizado no ano de 2020, em 5,83%, taxa a que foi aumentada a Retribuição Mínima Mensal Garantida, com retroativos a janeiro de 2020, para compensar os custos acrescidos nestas Instituições”.

O PSD defende, assim, que os quadros das instituições do Terceiro Setor sejam reconhecidos, através de um aumento da retribuição mínima mensal garantida. “Muito

do trabalho prestado nestas instituições é feito por pessoal empenhado e devotado à causa social, mas, dadas as continuadas dificuldades económico-financeiras das instituições, tem uma base salarial baixa, muitas vezes coincidente com a remuneração mínima mensal garantida”, referem

Num terceiro projeto de resolução, os parlamentares recomendam ao Governo que “proceda ao estudo de uma nova forma de financiamento das IPSS que acabe com o crónico subfinanciamento do setor, atenda à modulação regional corrigindo as assimetrias existentes e promova a harmonização das carreiras profissionais nas IPSS”. O grupo parlamentar do PSD entende que “não faz qualquer diferenciação no apoio financeiro que o Estado presta às Instituições, “tratando de forma igual o que é desigual”.

Recorde-se que os partidos com representação parlamentar em 2013 aprovaram, por unanimidade, a Lei de Bases da Economia Social – a Lei nº 30/2013, de 8 de maio. O artigo 13º da referida lei regula com liminar clareza que “No prazo de 180 dias a contar da entrada em vigor da presente lei são aprovados os diplomas legislativos que concretizam a reforma do setor social, à luz do disposto na presente lei”.

O PSD lembra que aquele prazo foi já largamente ultrapassado e “o setor da Economia Social continua à espera que o Governo cumpra a sua obrigação”, procedendo ao desenvolvimento do referido diploma. “O não desenvolvimento das bases constantes no referido diploma significa que as



Entidades do Setor Social continuam esquecidas pelo Governo”, sintetiza o PSD.

PSD CRITICA ATRASO NO PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Numa pergunta dirigida à ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, os deputados social-democratas denunciaram “os atrasos sistemáticos na atribuição do subsídio de educação especial”.

O PSD lamenta o “caos na generalidade dos serviços da Segurança Social” e que está a afetar o pagamento desta prestação a crianças e jovens com incapacidades. “Infelizmente, verifica-se que os serviços da Segurança Social não estão a responder, em tempo razoável, como deviam, provocando, por isso, mais e inaceitáveis dificuldades aos beneficiários e a quem por eles se responsabiliza e apoia”, referem.

Os deputados do PSD sublinham que o subsídio de educação especial “é uma prestação pecuniária paga mensalmente pela Segurança Social para compensar, de alguma forma, os encargos com formas específicas de apoio a crianças e jovens com idade inferior a 24 anos”. Trata-se de uma prestação da “maior importância, quer para os jovens beneficiários deste subsídio quer para quem exerce as responsabilidades parentais”. De acordo com a lei, o subsídio deveria ser atribuído a partir do mês em que a criança ou jovem com deficiência inicia a frequência do estabelecimento de ensino especial ou o recebimento do apoio individual.

O PSD pede “uma pronta e eficaz resposta dos serviços da Segurança Social” no pagamento deste apoio. “Sendo a Segurança Social a base de apoio da sociedade social desenvolvida, inclusiva e justa que se pretende, as demoras na atribuição deste subsídio de educação especial são particularmente chocantes e evidenciam a insensibilidade real deste Governo em contraste evidente com o que apregoam. Estamos perante um caso – mais um – de publicidade enganosa deste Governo Socialista”, destacam.



AS PERGUNTAS DOS DEPUTADOS DO PSD

- 1 – Qual a razão para os atrasos sistemáticos na atribuição do subsídio de educação especial?
- 2 – Que medidas e quando vão ser tomadas pelo Governo para tornar regular e célere a atribuição dos subsídios de educação especial?
- 3 – Quando vai estar regularizada a atribuição dos subsídios de educação especial?

**Acompanhe-nos
no dia-a-dia...**

PSD
TV



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

PSD CRITICA ATRASO NA MODERNIZAÇÃO DA LINHA DO OESTE

Os deputados do PSD eleitos pelo círculo de Leiria questionaram o Governo sobre o atraso nas obras de modernização da Linha do Oeste, cujos prazos foram sucessivamente adiados desde 2017. O “atraso ou até cancelamento de algumas obras ferroviárias incluídas no programa Ferrovia2020” sustenta a preocupação dos deputados, que querem saber se “já está aberto o concurso para o segundo troço Torres Vedras-Caldas da Rainha”, e para quando está prevista a conclusão da obra dividida em duas empreitadas, Mira Sintra/Meleças (Sintra)-Torres Vedras e Torres Vedras-Caldas da Rainha.

Aguardado há décadas e várias vezes adiado, o projeto de modernização Linha do Oeste, orçado num total de 112,4 milhões de euros, incide em 87 dos 200 quilómetros da via do Oeste, englobando a eletrificação e duplicação, a retificação de curvas, a criação de variantes ao traçado atual, a supressão de passagens de nível, e a sua substituição por passagens superiores ou inferiores à linha férrea, e instalação de sinalização nas estações e apeadeiros.

Com início previsto para o final de 2017, a obra sofreu ao longo dos anos vários atrasos, os últimos dos quais reconhecidos pela Infraestruturas de Portugal que, lembram os deputados, “confirmava em 25 de novembro [de 2019], através de indicação no seu site, a existência de um atraso” e informava que “o início dos trabalhos deslizou para o 2.º semestre de 2020”.

Uma informação que levou os deputados a questionar, dias depois, o Ministério das Infraestruturas sobre “os motivos do atraso” e o prazo previsto para a conclusão da obra.

Em janeiro deste ano, o Governo esclareceu que o primeiro troço Meleças-Torres Vedras, lançado pelo secretário de Estado dos Transportes em 23 de junho de 2019, se encontrava em fase de avaliação de propostas e anunciou que o troço Torres Vedras-Caldas da Rainha “seria lançado até final de novembro, o que não veio mais uma vez a acontecer”, pode ler-se na pergunta efetuada pelo PSD.

Aludindo a notícias de que o Governo estimava que a abertura de propostas para o segundo troço viesse a ocorrer no primeiro trimestre deste ano, os social-democratas querem agora saber se o Governo “pode assegurar que as referidas obras não serão afetadas por mais atrasos”.



DRAGAGENS DA LAGOA DE ÓBIDOS TERÁ IMPACTO NA PESCA DE BIVALVES



Os deputados do PSD eleitos pelo distrito de Leiria questionaram, dia 5 de março, o Governo sobre os impactos das dragagens da Lagoa de Óbidos na população de bivalves e a necessidade de acautelar a atividade dos pescadores e mariscadores. Em causa está a segunda fase das dragagens da Lagoa de Óbidos, no distrito de Leiria, com início previsto para o próximo mês de maio e que prevê a retirada de 875 mil metros cúbicos de areia daquele sistema lagunar.

Na pergunta dirigida ao ministro do Ambiente e Ação Climática, os deputados social-democratas eleitos pelo círculo de Leiria reconhecem as dragagens como “obras fundamentais para a salvaguarda da preservação da biodiversidade” da lagoa, mas alertam para “o impacto na economia regional” que a intervenção poderá vir a ter.

“Há necessidade de acautelar as atividades que dependem da lagoa, nomeadamente as de pesca e mariscaria”, consideram os deputados que, na Assembleia da República, questionaram se existe algum estudo sobre os possíveis impactos da dragagem na população de bivalves e se estão identificadas “as limitações que os pescadores e mariscadores terão de enfrentar” durante os 18 meses de duração da obra.

Os deputados querem saber de que forma será monitorizada a qualidade da água durante o processo de dragagens – com que frequência e em que locais serão feitas as recolhas – e, se ao longo da intervenção, está prevista a produção de relatórios de execução.

Mas, sobretudo, questionam que medidas estão previstas para apoiar os pescadores e mariscadores no caso de serem identificadas contaminações que obriguem à suspensão da atividade de apanha de bivalves.

A segunda fase das dragagens da Lagoa de Óbidos, que aguarda o visto do Tribunal de Contas, representa um investimento de 16 milhões de euros e inclui, além das dragagens, a valorização de uma área de 78 hectares a montante do Rio Real. A obra é cofinanciada em 85% através do PO SEUR (Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de

Recursos), sendo a contrapartida nacional assegurada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

A intervenção sucede à primeira fase das dragagens, durante a qual foram retirados 716 mil metros cúbicos de areia da lagoa para combater o assoreamento que periodicamente fecha o canal de ligação ao mar [a denominada ‘aberta’], pondo em causa a subsistência dos bivalves.

A Lagoa de Óbidos é o sistema lagunar costeiro mais extenso da costa portuguesa, com uma área de 6,9 quilómetros quadrados que fazem fronteira terrestre com o concelho das Caldas da Rainha a norte (freguesias da Foz do Arelho e do Nadadouro) e com o concelho de Óbidos a sul (freguesias de Vau e de Santa Maria).

DESINVESTIMENTO REDUZ QUALIDADE DE ENSINO EM LAMEGO

Os deputados do PSD eleitos por Viseu lamentaram os constrangimentos sentidos no Agrupamento de Escolas da Sé, no concelho de Lamego, que “tem vindo a perder qualidade no serviço público prestado”.

Numa pergunta dirigida em ministro da Educação, dia 6 de março, os deputados referem que “o desinvestimento na escola pública nos últimos quatro anos tem levado a um agravamento destes constrangimentos e, concomitantemente, ao aumento das desigualdades entre alunos”.

“Basta comparar as condições de trabalho de alunos nos dois agrupamentos de escolas do concelho para aferir a injustiça a que a comunidade escolar do Agrupamento de Escolas da Sé está confinada”, sublinham.

Os social-democratas referem problemas no edifício sede do agrupamento, que “necessita de obras de manutenção, nomeadamente de reabilitação do pavilhão gimnodesportivo que sofreu avultados danos no final de dezembro e, apesar da possível intervenção da escola, voltou a sofrer novos danos no final da semana passada, com a intempérie que se abateu sobre Lamego”.

Os problemas estendem-se ao parque informático e aos meios audiovisuais, que “estão obsoletos e geram constrangimentos graves com impacto no recurso dos professores a metodologias de ensino/aprendizagem mais ativas e interativas, em total contracício com as orientações da tutela para a implementação de modelos de autonomia na gestão curricular”, acrescentam.



Os deputados do PSD salientam ainda que “as reduções anuais do orçamento atribuído ao agrupamento, desde há cinco anos, determinaram a anulação de alguns serviços”.

“Recentemente, procedeu-se à suspensão do contrato de manutenção da plataforma elevatória que foi instalada

no edifício principal da escola sede, para servir os alunos com mobilidade reduzida da unidade de multideficiência, há 10 anos, por falta de verba para pagar à empresa que assegurava a manutenção e inspeção trimestral do equipamento”, lamentam.

O facto de as verbas para o aquecimento não permitirem “que os mesmos funcionem depois das 11h00” e de as verbas para o desporto escolar nunca chegarem “para pagar a totalidade dos custos com as deslocações dos alunos, tendo a escola sempre de recorrer a receitas próprias cada vez menores para suportar os custos das viagens e os custos inerentes à reposição do material de desgaste”, são outros problemas identificados.

Segundo os deputados, os problemas colocam-se também ao nível dos recursos humanos, havendo carência sobretudo de não docentes, o que “implica a ocorrência de comportamentos desviantes de natureza diversa, como ‘bullying’ e vandalismo”.

“O rácio da portaria é claramente desajustado às atuais necessidades e agravado pela existência de um grande número de funcionários de baixa médica por doença”, consideram.

Uma vez que a escola sede não consta das prioridades de intervenção do Governo, o PSD pede “um rápido e cabal esclarecimento para tal ausência, uma vez que se trata de um equipamento absolutamente essencial para comunidade educativa local”.

CONFERÊNCIA

PSD DE PAÇOS DE FERREIRA CONSIDERA “EXERCÍCIO DE POPULISMO” ADESÃO À ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

O PSD de Paços de Ferreira promoveu no passado sábado, 7 de março de 2020, na Casa da Cultura de Freamunde, uma conferência subordinada ao tema “A Área Metropolitana do Porto versus Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”.

Para o líder do PSD de Paços de Ferreira, a proposta socialista apresentada na Assembleia Municipal, não passa de “um exercício de populismo”, já que para o PSD não existem vantagens da adesão de Penafiel à Área Metropolitana do Porto. “Os ganhos com a transferência para a Área Metropolitana do Porto são inexistentes, nem a mesmo a questão do Andante será uma vantagem. E ficou igualmente claro que perdemos várias vantagens de pertencer à Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. Por exemplo, deixaremos de pagar 19 euros por depositar resíduos nos aterros da Ambisousa para passar a pagar 50 euros nos aterros da Lipor”, frisou Joaquim Silva Pinto.

Esta sessão teve como oradores Cancela Moura, vice-Presidente da Distrital do PSD/Porto e vereador na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, e Antonino Sousa, presidente da Câmara Municipal de Penafiel. O debate contou com a moderação da vereadora da autarquia de Paços de Ferreira, Célia Carneiro.



PSD PEDE “SOLUÇÃO RACIONAL” URGENTE PARA NOVA ESCOLA NA POVOAÇÃO



José Manuel Bolieiro, presidente do PSD/Açores, defende que seja encontrada com urgência uma “solução racional” para a construção de uma nova Escola Básica e Secundária da Povoação, devendo a opção escolhida respeitar a “vontade maioritária” da população.

“É urgente encontrar, tendo em conta a vontade maioritária da comunidade educativa, Câmara Municipal e população em geral, uma solução racional que comprometa um investimento público regional na construção de uma nova escola”, afirmou, após uma visita à Escola Básica e Secundária da Povoação, acompanhado pelos deputados do partido eleitos por São Miguel.

Para o líder dos social-democratas açorianos, “não é aceitável que haja, há muitos anos, um adiamento constante e uma indefinição sobre o futuro desta escola e o seu enquadramento” na vila da Povoação.

“Está visto que é precisa uma nova escola e um novo esquema pedagógico e funcional para a Escola Básica e Secundária da Povoação. Verificámos o clamor que existe entre alunos, funcionários e professores em prol da importância de terem melhores condições”, disse.

Na reunião que teve com conselho executivo do estabelecimento de ensino, José Manuel Bolieiro deixou o desafio aos seus membros para que “façam durante o ano de 2020 a avaliação e o diálogo social necessários para definir uma solução para a nova escola”, cabendo depois ao poder político avançar com a obra.

“Encontrada a solução racional, de acordo com a vontade maioritária, caberá ao poder político a nível regional aprovar o projeto de investimento concreto, que favoreça o futuro das crianças e jovens do concelho da Povoação”, sublinhou.

Quanto à localização do novo edifício, o presidente do PSD/Açores referiu que “deve ser alcançado um consenso entre comunidade educativa, Câmara Municipal e população em geral, passando-se depois das palavras aos atos”.

“Não podemos estar felizes com lançamentos de primeiras pedras de obras adiadas há anos. Devemos ter um compromisso com um começo e um fim da realização deste investimento público, que é necessário e indeclinável para o concelho da Povoação”, concluiu.

ANTÓNIO MARINHO (1956-2020)

O PSD/Açores expressou profundo pesar pelo falecimento do deputado António Marinho, uma “perda enorme” para o partido e para a Região. “António Marinho desempenhou sempre com total dedicação, sentido de responsabilidade e lealdade as funções que lhe foram confiadas pelos açorianos. A sua partida causa-nos profunda tristeza e é uma enorme perda para o PSD e para os Açores”, afirmou José Manuel Bolieiro.

O líder social-democrata regional destaca a “forma empenhada e abnegada como António Marinho se entregou à causa pública” nos Açores, “uma terra que fez sua e que amava profundamente”. “Nesta hora muito difícil para a família social-democrata, expresso aos seus familiares e amigos os mais sinceros pêsames e a associação-me à sua dor”, disse José Manuel Bolieiro.

Também o presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores, Luís Maurício, expressou “profunda consternação e tristeza” com o falecimento do deputado António Marinho, a quem demonstrou “gratidão pelos relevantes serviços prestados ao partido e à Região”.

“A forma generosa com que se entregou à causa pública não se circunscreveu apenas à vida política, mas também pôde ser testemunhada na administração pública e no associativismo”, sublinhou.

Luís Maurício lembrou ainda a “postura leal com que António Marinho sempre se apresentou no debate político, respeitando os adversários e mostrando ser um verdadeiro democrata”.

António Marinho era deputado na Assembleia Legislativa dos Açores desde 2004, tendo sido presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores entre 2008-2011 e 2015-2016. Atualmente desempenhava as funções de presidente da Comissão de Política Geral do parlamento açoriano. Foi vice-presidente do PSD/Açores de 2005 e a



2009, conselheiro nacional do partido entre 2008 e 2010 e conselheiro regional de 2012 a 2013. Economista de profissão, António Marinho era quadro superior da administração pública, tendo sido Diretor Regional da Indústria, chefe da Divisão de Estudos e Formação da Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional e administrador da Universidade dos Açores, entre outros cargos. António

Marinho foi também presidente do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores (INOVA), diretor geral da Fábrica de Cervejas João Melo Abreu, colaborador do jornal “Açoriano Oriental” e membro do Conselho Consultivo do Santa Clara. António Augusto Baptista Soares Marinho nasceu em 20 de maio de 1956 em Aveiro.



Edição n.º 1345 do "Povo Livre" | de 26 de novembro de 2003

"Um Orçamento de Consolidação, de esperança, verdade e credibilidade". Decorria a discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2004, no plenário da Assembleia da República.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAIS

LISBOA AM

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da AML do PSD para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 26 de março (quinta-feira) de 2020, pelas 21H30, no Fórum Lisboa, sita Avenida de Roma, 14, L, Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da Situação Política.

PORTALEGRE

Nos termos Estatutários e Regulamentares aplicáveis, convoca-se os militantes, para uma reunião da Assembleia Distrital do PSD, a realizar no dia 20 de março (sexta-feira) de 2020, pelas 21H00, na Sede Distrital, do PSD, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 17 em Portalegre, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Discussão e Votação da Ata da Reunião de 20 de janeiro de 2020;
2. Informações;
3. Apresentação, Discussão e Votação das Contas de 2019;
4. Análise da Situação Político-Partidária.

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia Distrital de Viseu, para reunir, no próximo dia 20 de março (sexta-feira) de 2020. Pelas 21H00 na Sede Distrital, sita na Rua Eng. Lino Moreira Rodrigues LT 9 – Edifício Vasco da Gama – Viseu, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação, Discussão e Aprovação de Contas consolidadas de 2019;
3. Apresentação, Discussão e Aprovação do Orçamento Previsional para 2020;
3. Análise da situação Política Nacional e Local;
4. Outros assuntos.

SECÇÕES

CINFÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Cinfães, para reunir no próximo dia 20 de março (sexta-feira) de 2020, pelas 21H00, no Edifício da junta de Freguesia de Cinfães, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação do Relatório de Contas de 2019;
2. Aprovação do Orçamento Previsional para 2020;
3. Análise da Situação Política;
4. Outros assuntos.

ESTREMOZ

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamentos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes dotados com capacidade eleitoral ativa da Secção de Estremoz, para reunir em Assembleia no dia 18 de abril (sábado) de 2020, pelas 15H00, na Sede Concelhia do PSD/Estremoz, sita no Largo Dragões Olivença, nº 89, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção;

Notas: As urnas estarão abertas das 15H00 às 19H00, em Estremoz, na Sede Concelhia sita no Largo Dragões Olivença, nº 89. As listas candidatas aos diferentes órgãos, deverão ser entregues a Presidente da Comissão Política Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na Sede do PSD/Distrital de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis nº 48, Évora.

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Fafe, para reunir no próximo dia 3 de abril (sexta-feira) de 2020, pelas 21H00, na Sede do PSD, sita na Praça 25 de Abril, Fafe, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da Situação Política Nacional;
3. Análise da Situação Política Local;
4. Outros assuntos.

LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Loulé, para reunir no próximo dia 27 de março (sexta-feira) de 2020, pelas 21H00, na Sede, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Aprovação das Contas referentes ao exercício de 2019;
3. Análise da Situação Política;
4. Outros assuntos.

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção, Concelhia de Loures, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 19 de março (quinta-feira) de 2020, pelas 20H45, na Sede Concelhia, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 – Loja 4, em Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação, Discussão e Aprovação do Relatório de Contas referente a 2019;
 2. Apresentação, Discussão e Aprovação do Orçamento para o exercício de 2020;
 3. Análise da Situação Política Local e Nacional;
 4. Outros assuntos.
- Se à hora marcada não estiver o número de militantes necessário para preencher o quórum, nos termos Estatutários, a Assembleia de Secção realizar-se-á no mesmo local, 30 minutos depois, com qualquer número de presentes.

MURÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Murça, para reunir no dia 26 de março (quinta-feira) de 2020, pelas 21H00, na sua Sede Concelhia, sita na Praça 5 de Outubro, em Murça, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Relatório e Contas 2019;
2. Análise Política;
3. Outros assuntos.

NÚCLEOS

ÁGUAS SANTAS/PEDROUÇOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Águas Santas/Pedrouços, para reunir em Sessão Plenária, dia 11 de abril (sábado) de 2020, pelas 15H00, na Sede do Núcleo sita na Rua dos Fontineiros da Maia, 20, Águas Santas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política do Núcleo PSD Águas Santas/Pedrouços.

Notas: A votação decorrerá das 15H00 às 20H00.

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política do Núcleo ou a quem o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Loures, para reunir no próximo dia 6 de abril (segunda-feira) de 2020, pelas 21H00, na Sede do PSD Loures, sita na Rua Diogo Cão, 7, Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Balanço do Mandato 2018/2020,
2. Análise da Situação Política Local.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00 | email: tere-sa.santos@jdsd.pt



**RECTIFICAÇÃO
COVILHÃ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 21 de março de 2020, (sábado) na hora e local abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados ao XXVI Congresso Nacional da JSD.

Horário da votação: das 16h00 às 18h00

Local da Votação: Sexta Fase Universidade da Beira Interior, 6201-001 Covilhã

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na morada: Hotel Puralã, Alameda Pêro da Covilhã

Por lapso dos serviços esta convocatória pertence ao Povo Livre anterior (04-03-2020)

AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia de Amarante, para reunirem no dia 04 de Abril de 2020, pelas 14horas, na sede do PSD de Amarante, sita Edif. do Salto - Santa Luzia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: eleição da Comissão Política concelhia.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 14.00 horas e as 16.00 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Amarante ou a quem estatutariamente o substitua, até as 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

CONSELHO DISTRITAL DE COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Coimbra, para reunir no próximo dia 22 de Março (Domingo), pelas 17h 30m, na sala de reuniões da ADIBER (Bairro de São Paulo, Apartado 12, 3330-304 Góis), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise, discussão e votação sobre a proposta da Mesa de local, data e regulamento do V Congresso Distrital da JSD Coimbra, conforme disposto no artigo 61º, nº 1, alínea f) dos Estatutos da JSD;
- 2 – Outros Assuntos.

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário desta Concelhia, para se reunir no próximo dia 28 de Março de 2020, sábado, pelas 10h00m, na Sede do PSD em Aveiro, sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho, nº 170 – 1.º andar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação político-partidária;
- 2 – Outros assuntos.